



PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

Relatório de Gestão & Contas 2024

1. Órgãos sociais: Diretoria Executiva: Diretor Presidente (CEO): Paula Pereira da Silva, eleita para exercer seu mandato de maio/2024 a junho/2027. Diretor Financeiro (CFO): Ding Yanxia, eleita para exercer seu mandato de abril/2023 a maio/2025. Diretor de Operações (COO): Mauro Coutinho Fernandes, eleito para exercer seu mandato de agosto/2024 a julho/2027. **Conselho de Administração:** Presidente: Mario João Borges Carioca Rodrigues, eleito para exercer seu mandato de maio/2023 a janeiro/2026. Vogal: Nuno Luis Mendes Hobech Bastos, eleita para exercer seu mandato de janeiro/2025 a janeiro/2028. Vogal: Rodrigo Carvalho Nogueira Vilanova, eleito para exercer seu mandato de agosto/2024 a agosto/2027. Vogal: Chengliang Wu, eleito para exercer seu mandato de novembro/2023 a novembro/2026. Vogal: Wang Ping, eleito para exercer seu mandato de dezembro/2022 a dezembro/2025. **2. Factos relevantes ocorridos em 2024:** Em 2024 a produção WI (working interest) da Petrogal Brasil foi de 109 kboepd, ficando acima do previsto no Business Plan (107 kboepd). As atividades de manutenção planejadas foram realizadas nas unidades de produção de acordo com o previsto, tendo sido possível postergar o início crítico para 2025. O impacto dos eventos não planejados no ano foi compensado pelo efeito positivo da não utilização de Berbigão e Sururu, assim como pelo efeito da postergação das manutenções programadas. Os projetos de Tupi e Iracema contribuíram com a maior parte para a produção da Petrogal Brasil. No final de 2021, a Petrogal Brasil, juntamente com os seus parceiros no consórcio, submeteu uma revisão do Plano de Desenvolvimento (PoD) dos campos de Tupi e Iracema à entidade reguladora no Brasil (ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis). Este documento inclui um conjunto de ações que visam maximizar a criação de valor do campo Tupi. A análise do PoD revisito por parte da ANP encontra-se suspenso, devido a agência ter manifestado que primeiro precisa-se resolver a controvérsia sobre a separação dos campos. As acumulações de óleo de Berbigão e Sururu estendem-se para além dos limites do bloco EM-S-11A, em direção à área da Cessão Onerosa (ToR - Transfer of Rights), sendo sujeita a uma utilização. Relativamente à área da Cessão Onerosa, em 2018 os membros do consórcio, juntamente com a Petrobras, submeteram à ANP o Acordo de Individualização da Produção (AIP) o qual se encontra em revisão considerando a decisão da ANP pela unificação dos campos de Berbigão e Sururu. Uma vez aprovada a utilização, a Petrogal Brasil reduzirá marginalmente o seu working interest no projeto, que incluirá uma maior pool de reservas. Tendo por base o princípio da prudência, as implicações contabilísticas associadas à utilização começaram a ser refletidas nas demonstrações financeiras da Petrogal Brasil no terceiro trimestre de 2022, quando a empresa passou a ter uma posição pagadora líquida. Ao longo do ano de 2023 e 2024 estes impactos foram sendo atualizados. Em 2024, a Petrogal Brasil e os seus parceiros continuaram o desenvolvimento do projeto de Bacalhau, focado na execução da construção do FPSO, com a conclusão da construção do casco e *sell away* para Singapura para a integração dos topsides, enquanto as atividades de perfuração e instalação marítima continuam no *offshore* do Brasil. **3. Análise econômica e financeira:** O Resultado Líquido do Exercício de 2024 ascendeu a R\$ 2.970.598 k, inferior em R\$ 603.407 k ao registado no ano anterior, representando uma diminuição de 17%. O Lucro Bruto, no valor de R\$ 5.705.041 k positivos, um aumento face ao ano anterior de R\$ 383.941 k derivado do aumento das Receltas das vendas em R\$ 599.026 k. O Custo dos Produtos Vendidos registou igualmente um aumento no valor de R\$ 217.040 k, centrados essencialmente nas rubricas de custos gerais de produção (+R\$ 321.441 k) e imparidades (+R\$ 378.690), parcialmente compensados pela diminuição em depreciações (R\$ 211.945 k) e estoques (R\$ 255.740 k). Cabe ressaltar também o impacto positivo originado por via do imposto de exportação pago em 2023 (que não se repetiu em 2024) no montante de R\$ 328.291 k, e também pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos em R\$ 173.181 k e pelo efeito do *under/overfilling* das cargas levantadas em R\$ 273.002 k. As despesas financeiras líquidas reduziram em R\$ 9.690 k, devido a aumento de R\$ 124.626 k dos gastos financeiros face ao ano anterior, devido principalmente ao incremento dos custos financeiros, em particular referindo o Acordo Fiscal (detalhes abaixo), e a uma deterioração do Resultado com Equivalência Patrimonial relativa à sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda, compensada por um aumento dos rendimentos financeiros em R\$ 283.157 k sendo essencialmente consequência do impacto positivo das diferenças de câmbio nos resultados da empresa em R\$ 251.657 k. O montante de R\$ 56.987 k apresentado na rubrica de resultado com equivalência patrimonial refere-se ao resultado apurado, no exercício de 2024, por sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda decorrente de suas atividades de processamento e venda de derivados de gás e revenda de gás não processado. Em junho de 2024, os Consórcios das quais a Companhia participa, aderiram à transação tributária por adesão decorrente do Edital n. 6/2024 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o qual previa um desconto de 65% sobre os valores não depositados pagos em decorrência da transação. Com isso, a Companhia pagou à operadora dos Consórcios Petrobras, os valores correspondentes à sua parcela dos montantes depositados anteriormente pela Petrobras e dos montantes não depositados com o desconto previsto no edital. A quitação da transação ocorreu no segundo semestre de 2024, finalizando todos os processos relacionados ao tema. A origem desta transação foram atuações dos Consórcios, pelo suposto não pagamento de CIDE, PIS e COFINS sobre os pagamentos relacionados ao afretamento de embarcações durante os anos de 2008 a 2013. O impacto da transação tributária no resultado do ano de 2024 foi no montante de R\$ 247.542 k apresentada nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos (R\$ 83.830 k). Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (R\$ 37.852 k) e Despesas financeiras (R\$ 125.861 k). A empresa registou ainda um aumento do imposto de renda e contribuição social no ano em R\$ 1.036.747 k resultado do aumento do imposto corrente em R\$ 449.435 k e do impacto do imposto diferido em R\$ 587.312 k. A Petrogal Brasil, S.A. apresenta um Patrimônio Líquido a 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 14.479.402 k positivos, com uma variação de R\$ 31 de dezembro de 2023 de R\$ 3.442.743 k (+31%). O Ativo Circulante representa R\$ 7.198.797 k positivos com uma variação positiva de R\$ 1.837.384 k face ao ano anterior, decorrente essencialmente do efeito estoque (+R\$ 669.392 k) e também do Caixa e Equivalentes de Caixa (+R\$ 1.954.619 k) compensados pela redução das contas a receber em R\$ 703.284 k e de tributos a recuperar em R\$ 112.889 k. O Ativo Não Circulante fechou em R\$ 28.117.956 k positivos, uma variação positiva de R\$ 6.366.468 k em comparação ao ano anterior, sendo consequência do aumento do imobilizado em R\$ 5.114.832 k. O Passivo Total é de R\$ 20.837.350 k, apresentando um aumento de R\$ 4.761.108 k (+30%) face a 31 de dezembro de 2023, devido principalmente ao aumento do passivo corrente em R\$ 2.497.432 k, onde se verifica um aumento de R\$ 680.454 k das contas entre companhias, de R\$ 464.423 k de empréstimos a pagar em menos de 1 ano, das Provisões de serviços em R\$ 514.789 k, e de Obrigações Tributárias em R\$ 419.574 k. Quanto ao passivo não corrente, registou-se um aumento de R\$ 2.283.676 k, onde se destaca o aumento dos empréstimos a pagar não correntes em R\$ 206.552 k, no Passivo Fiscal Diferido em R\$ 485.159 k, Provisão para abandono de blocos em R\$ 770.684 k e Responsabilidades por locações em R\$ 525.681 k. **4. Gestão de Riscos:** A Petrogal Brasil, S.A. faz parte do Grupo Galp ("Galp"), que, como Empresa de energia global e integrada, exposta a um conjunto de incertezas nos ambientes interno e externo que são inerentes à sua atividade, à diversidade e dispersão geográfica dos seus negócios, e que podem desencadear um conjunto de riscos, com potenciais perdas financeiras. O modelo de gestão de risco adotado pela Galp, baseado em normas e orientações internacionalmente reconhecidas (ISO 31000-Gestão do Risco e COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no modelo de governança de risco das três linhas de defesa, promove a integração entre a definição da estratégia da Empresa, a gestão dos riscos, a implementação dos controles e a governança. Neste modelo de governança as atividades diárias de gestão de risco são responsabilidade da 1ª linha de defesa (onde se incluem os risk owners nas Unidades Organizacionais), a 2ª linha de defesa (orientada pelo Departamento de Risk Management and Internal Control corporativo) é responsável pela definição de políticas e normas e pela monitorização dos níveis de risco; e a 3ª linha de defesa (Auditoria Interna) compete e a supervisão, fiscalização e avaliação dos sistemas de controle interno e gestão de risco. Os órgãos de supervisão (Conselho de Administração e Comitês de apoio, Comissão Executiva, e Conselho Fiscal) garantem que o modelo funciona de maneira eficaz, promovendo a integridade e a transparência. O desenvolvimento deste modelo de gestão de risco é enquadrado e suportado por um ambiente normativo robusto, que inclui um conjunto de políticas, normas e procedimentos, e é suportado pela Política de Gestão de Risco. Sustentado no modelo de governança e no ambiente normativo referidos, a Galp implementa um processo sistemático e contínuo de identificação e avaliação, resposta, monitorização e reporte de riscos e oportunidades inerentes à sua estratégia. Merecem destaque, pela probabilidade de ocorrência e/ou impacto sobre os processos, as operações, a execução da estratégia, a capacidade financeira, e a reputação da Galp, os riscos que identificamos e desenvolvemos abaixo. São ainda descritas as medidas de mitigação para reduzir a probabilidade e/ou o impacto dos diversos riscos. De referir que, maioritariamente, estes riscos são geridos centralmente ao nível corporativo, e que as ações de mitigação são também transversais ao Grupo.

| Riscos | Descrição dos Riscos & Mitigações |
|---|--|
| Alterações Climáticas | Os riscos físicos (agudos ou crónicos) associados às mudanças climáticas podem impactar as atividades e os ativos da Galp, causando danos, interrupções e atrasos nas suas operações. Os riscos de transição (mercado, legais e regulatórios e tecnológicos) conduzirão a uma mudança no comportamento do consumidor, reduzindo a procura de petróleo e gás (O&G) e potencialmente afetando os seus preços, o que pode comprometer o modelo de negócios da Galp, exigindo investimentos "verdes" significativos para apoiar a transição para negócios de baixo carbono e evitar "ativos ociosos". Mitigações A Galp responde aos riscos climáticos através da sua estratégia de transição para emissões líquidas zero, sustentada pela reestruturação de seu portfólio, expansão da geração de energia renovável, desenvolvimento de biocombustíveis e hidrogénio verde, entre outros, enquanto se foca na aplicação de novas tecnologias e melhores práticas para impulsionar a transformação dos negócios, adaptando as operações e aumentando a eficiência energética. |
| Desempenho e Valorização do Portfólio | A sustentabilidade da Galp depende de sua capacidade de reformular o seu portfólio, priorizando oportunidades que assegurem a criação de valor sustentável a longo prazo, capitalizando as suas vantagens competitivas, como ativos de alta qualidade, ao mesmo tempo que diversifica e explora sinergias adjacentes e oportunidades alinhadas com as tendências de mercado, assegurando o cumprimento da sua ambição de descarbonização no ritmo procurado pelo mercado. Mitigações No cumprimento de sua estratégia, a Galp mantém o foco na avaliação e desenvolvimento contínuo de novas oportunidades de negócios, seja em projetos de energia renovável, ou em novos mercados, alinhados com o contexto de transição energética. Paralelamente, a Empresa avalia possíveis desinvestimentos e monitoriza continuamente a evolução do mercado para aproveitar as melhores oportunidades. |
| Reputação e Imagem | A percepção de falhas de governança (incluindo lavagem de dinheiro, fraudes, etc.) devido a comportamentos inadequados, incumprimento regulatório ou falta de compreensão sobre como as operações da Galp impactam as comunidades locais e o meio ambiente, ou como a Empresa responde às expectativas de clientes, <i>stakeholders</i> e da sociedade, especialmente em questões de transição energética, podem prejudicar a marca e a reputação da Empresa. Mitigações A Galp monitoriza constantemente o desempenho dos seus colaboradores, garantindo o cumprimento dos seus valores e políticas; avalia permanentemente o ambiente externo e mantém um diálogo contínuo com seus principais <i>stakeholders</i> (acionistas, investidores, parceiros de negócios, fornecedores e clientes) para antecipar riscos reputacionais potenciais. |
| Contexto Económico | A Galp opera num setor particularmente exposto ao contexto económico. A sua posição competitiva e desempenho financeiro podem ser comprometidos, especialmente se a Empresa não responder de forma adequada e oportuna às mudanças disruptivas do mercado, incluindo impactos de fatores económicos adversos que afetam a oferta e a procura. Alterações nas taxas de câmbio, as incertezas sobre a evolução da inflação e das taxas de juros também representam desafios à liquidez da Empresa. Mitigações A Galp avalia continuamente os mercados e os fatores económicos, políticos, sociais e ambientais subjacentes para antecipar mudanças que possam afetar os seus negócios. Usando modelos de cenário, avalia a resiliência da sua estratégia face a essas mudanças, adotando medidas necessárias para manter uma posição competitiva e um crescimento sustentável. A reformulação do portfólio para energias renováveis e novos negócios surge nesse contexto de adaptação aos novos paradigmas de procura. |
| Inovação e Tecnologia [risco emergente] | A incapacidade de identificar, capturar e integrar novas tendências de transformação digital, particularmente em termos de automação e resolução de desafios complexos da indústria, desenvolvimento de novas práticas de trabalho que acelerem os tempos de processamento e reduzam o trabalho manual, pode afetar o tempo de entrada no mercado de produtos e serviços, a eficiência e posição competitiva da Galp. Mitigações A Galp está empenhada em acelerar o desenvolvimento de competências digitais na Empresa, com o objetivo de captar valor a partir dos dados e impulsionar a transformação e a eficiência nos negócios. Para isso, a Empresa estabeleceu uma estrutura de governança responsável por garantir a implementação da estratégia corporativa de dados. Isso inclui a criação de funções e mecanismos, a definição do modelo operacional de dados, suporte à adoção de tecnologias de dados, e a execução de projetos de transformação. |

| Riscos | Descrição dos Riscos & Mitigações |
|----------------------------------|---|
| Preço das Commodities | O portfólio de negócios da Galp está exposto à volatilidade dos preços de petróleo bruto, gás natural, GNL, eletricidade, CO2 e outras commodities. A variabilidade nos preços, impulsionada por fatores macroeconómicos (inflação ou variabilidade das taxas de juros), eventos geopolíticos (ex.: guerras Rússia-Ucrânia ou Israel-Hamas), avanços tecnológicos (ex.: novas fontes de energia), fatores ambientais (ex.: desastres naturais) ou mudanças regulatórias (ex.: que alterem padrões de consumo), pode ter um impacto adverso significativo no valor dos ativos, resultados e desempenho financeiro da Galp. Mitigações A presença da Galp nas atividades de <i>Upstream & Downstream</i> (petróleo, gás e eletricidade) oferece uma proteção parcial contra esse risco. Além disso, a Empresa mantém um portfólio diversificado para mitigar o impacto da volatilidade dos preços, e avalia a resiliência de seus projetos e oportunidades para um conjunto de cenários de preços e custos. O risco de volatilidade de preços de commodities também é parcialmente mitigado por instrumentos disponíveis nos mercados de <i>exchange</i> e <i>over-the-counter</i> (OTC). |
| Taxa de Câmbio | Associado a fatores macroeconómicos, o risco de taxa de câmbio resulta das flutuações das taxas de câmbio das divisas em que a Empresa desenvolve a sua atividade e em que prepara as suas demonstrações financeiras. Mitigações Os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio são geridos de forma centralizada através de instrumentos financeiros de taxa variável e fixa e derivados de cobertura. |
| Taxa de Juro | O risco de taxa de juro, associado à volatilidade das taxas de juro de empréstimos bancários ou de outros instrumentos de dívida, a que a Empresa recorre para financiar a sua atividade, decorre quer de fatores económicos, quer de fatores políticos. Mitigações Os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio são geridos de forma centralizada através de instrumentos financeiros de taxa variável e fixa e derivados de cobertura. |
| Liquidez | A capacidade da Empresa aceder aos mercados financeiros ou de capitais para obter os recursos financeiros necessários para satisfazer os seus compromissos operacionais e financiar a sua estratégia, e de obter cotizações de seguros para os seus projetos de investimento, pode ser afetada pela crescente pressão sobre os investidores para desinvestirem das Empresas de combustíveis fósseis. Mitigações O risco de liquidez é tratado através de um planeamento e monitorização rigorosos da liquidez, da realização de testes de stress para avaliar o impacto de cenários adversos sobre a liquidez da Empresa, e da definição atempada de eventuais mitigações. Adicionalmente, a Empresa diversifica a sua carteira de produtos de financiamento e <i>pool</i> de financiadores, accedendo a um leque mais vasto e flexível de produtos e estruturas de financiamento. |
| Crédito | Em alguns de seus negócios, a Galp concede crédito a clientes ou contrapartes e está exposta ao risco destes não cumprirem as suas obrigações financeiras conforme acordado, o que pode resultar em perdas financeiras para a Empresa. Mitigações A Galp mitiga o risco de crédito avaliando previamente a solidez financeira de clientes e contrapartes, estabelecendo limites de crédito e exigindo garantias. Além disso, a Empresa contrata seguros de crédito e dispõe de sistemas de controle e alerta precoce. |
| Fornecimento e Apropriação | O aumento significativo da pressão sobre cadeias de abastecimentos globais, impactando a disponibilidade de matérias-primas e mão de obra, restrições na capacidade de produção e logística, aumentos de preços, volatilidade da procura, e um risco crescente de obsolescência, podem afetar a capacidade da Galp em cumprir os seus compromissos de fornecimento com os clientes, bem como impactar substancialmente os seus projetos de investimento, as suas operações e o seu desempenho financeiro. Mitigações Para fortalecer a resiliência operacional face a interrupções na cadeia de abastecimento e garantir a continuidade do fornecimento e o cumprimento contratual com os seus clientes, a Galp aposta na estruturação das suas cadeias de suprimentos e em estratégias de <i>outsourcing</i> . Isso inclui identificar matérias-primas e produtos críticos, antecipar necessidades de curto, médio e longo prazo, firmar acordos com fornecedores-chave, estabelecer mecanismos contratuais para proteger a Empresa de potenciais interrupções, e garantir previsibilidade de preços. |
| Acidentes e Perdas Catastróficas | A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp, particularmente em processos de <i>Upstream</i> ou Industriais, realizados em ambientes extremamente adversos e sujeitos a desastres naturais, ações criminosas, agitação social e falhas técnicas ou de segurança, expõem a Empresa e as suas comunidades a um amplo espectro de riscos imprevisíveis. Esses riscos podem prejudicar a saúde, a segurança, o meio ambiente e a fiabilidade operacional, podendo originar lesões, perda de vidas, danos ambientais e interrupções na continuidade operacional, com prejuízo sobre a reputação da Empresa, o valor dos seus ativos e o seu desempenho financeiro. Mitigações A Galp possui várias normas e uma estrutura de governo clara para gerir os riscos de saúde, segurança, meio ambiente e segurança (HSSE), desenvolvendo estratégias de mitigação para reduzir o impacto de incidentes graves. A Empresa avalia continuamente o desempenho de segurança das suas operações e ativos através de equipes internas e especialistas de reassseguradoras, identificando e gerindo riscos operacionais com o objetivo de prevenir acidentes, proteger as pessoas e o meio ambiente, e preservar a eficiência operacional. Além disso, a Galp mantém um programa de seguros abrangente que cobre responsabilidade civil, <i>Business Interruption</i> e responsabilidade ambiental, entre outros, para minimizar os impactos de riscos materializados. |
| Gestão e Execução de Projetos | A execução dos projetos da Galp está exposta a diversos riscos (de mercado, de liquidez, políticos, legais, técnicos, comerciais, climáticos, entre outros) que podem comprometer o cumprimento do orçamento, dos prazos, das especificações definidas, a sua fiabilidade operacional e, em última instância, a realização da estratégia da Empresa. A execução de projetos também depende do desempenho de terceiros, incluindo entidades oficiais, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e outros contratados, sobre os quais a Galp possui controlo limitado. Isso pode introduzir riscos adicionais à execução, incluindo riscos financeiros, de conformidade e operacionais. Qualquer evento que dificulte a execução dos melhores projetos nas melhores condições técnicas e financeiras pode impactar o valor dos ativos e resultados da Galp. Mitigações Antes de qualquer decisão final de investimento (FID), a Galp conduz estudos de viabilidade com equipes multidisciplinares, incluindo uma avaliação integrada dos principais riscos que podem afetar a execução do projeto, implementando medidas de mitigação para proteger o desenvolvimento futuro da operação. A execução dos projetos é continuamente monitorizada, permitindo antecipar e responder a riscos que possam levar a desvios do plano inicial. Adicionalmente, a Galp transfere parte dos riscos para seguradoras através de um conjunto abrangente de apólices de seguros, essencialmente relativas a danos materiais, responsabilidade civil de terceiros e ambiente. |
| Conformidade Legal e Regulação | A Galp está sujeita a um amplo espectro de leis e regulamentos, quer específicos do setor, quer transversais, nos diversos países em que opera, incluindo economias emergentes ou em desenvolvimento, com quadros jurídicos e regulamentares relativamente instáveis, e alterações legislativas e regulatórias frequentes, que podem alterar o contexto de negócio em que a Empresa opera. O não cumprimento de regulamentos, nacionais ou internacionais, pode colocar a Galp "fora do mercado", afetando a sua reputação e desempenho financeiro. Mitigações Como parte do processo de avaliação de investimentos, a Galp faz uma gestão proativa do risco associado ao ambiente legal e regulatório. A decisão de investimento é analisada por equipas multidisciplinares da Empresa, incluindo a <i>Direção Legal Affairs</i> , que presta consultoria legal, garantindo a gestão adequada de riscos reais e potenciais. Após a decisão de investimento, este risco é continuamente monitorizado para avaliar mudanças legislativas ou regulatórias e reavaliar periodicamente mecanismos legais e contratuais para prevenir e/ou mitigar tais riscos. |
| Cibersegurança | A maior parte dos processos da Galp depende fortemente de sistemas e dados digitais. A indisponibilidade ou falha de sistemas digitais críticos, seja acidental (por falhas de rede, de <i>hardware</i> ou de <i>software</i>), ou resultante de ações intencionais (<i>hackerismo</i>), ou negligência (interna ou por parte de prestadores de serviços), pode comprometer o desenvolvimento normal das atividades da Empresa e/ou a confiabilidade de informações internas ou de <i>stakeholders</i> (investidores, clientes, fornecedores, etc.), resultando em notificações regulatórias, multas, indenizações e danos reputacionais. Mitigações A Galp mitiga esse risco através do seu <i>Cybersecurity and Cyber Resilience Management System</i> , que assegura a identificação, proteção, deteção, resposta/recuperação de ciberameaças e riscos cibernéticos para a Empresa (afetando a sua tecnologia, pessoas e processos) em todas as empresas do Grupo e em todos os locais onde opera. Além disso, a Galp avalia as capacidades dos seus fornecedores/parceiros aquando da realização de desenvolvimento normal das atividades da Empresa e/ou a confiabilidade de informações internas ou de <i>stakeholders</i> (investidores, clientes, fornecedores, etc.), resultando em notificações regulatórias, multas, indenizações e danos reputacionais. |
| Atração e Retenção de Talento | Falha em corresponder às crescentes ambições dos colaboradores por um melhor equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, por um ambiente de trabalho mais transparente e flexível, por maior bem-estar no local de trabalho, por pacotes de benefícios mais competitivos (salário, benefícios flexíveis, experiências de aprendizagem, gestão de carreiras, etc.), pode levar a Galp a falhar na atração, retenção e gestão de talentos, comprometendo a capacidade de executar a sua estratégia de forma eficaz, e afetando o seu desempenho financeiro e reputação. Mitigações A Galp tem investido cada vez mais na construção de uma cultura de bem-estar holístico, que vai além da dimensão física e inclui aspectos emocionais, financeiros, sociais e de carreira. A Empresa também reconhece que monitorizar a jornada do colaborador na Empresa é um elemento crucial para garantir satisfação e retenção. Isso significa atender ao <i>feedback</i> gerado, responder às necessidades de formação, promover crescimento pessoal e profissional, assim como a outras necessidades adicionais. |

5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício: Em 23 de janeiro de 2025, ocorreu uma reunião de Diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP), para análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) e dos Acordos de Individualização da Produção (AIP) das Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu (Nota 1) apresentados pelos respectivos Consórcios. Como resultado desta reunião, restou decidido que as jazidas deverão ter seus reservatórios considerados como unificados para fins de apuração da Participação Especial. Baseando-se no fato de que os consórcios escoam suas respectivas produções através de uma Plataforma (FPSO) único (P-68). Como consequência desta interpretação, a diferença de Participação Especial em questão monta os R\$ 710 milhões até a presente data. Importante ressaltar que as empresas integrantes dos respectivos consórcios discordam de tal interpretação, considerando que a prevalência do regulamento, no caso concreto, aponta para duas jazidas separadas. O evento mencionado em cima não impacta as demonstrações financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2024. Não ocorreu nenhum outro evento subsequente após 31 de dezembro de 2024 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas. **6. Perspetivas futuras:** A Petrogal Brasil continua com o foco na otimização do seu portfólio, reforçando os planos de desenvolvimento e implementando as ações para assegurar a extração de valor dos seus projetos. **7. Proposta de aplicação de resultados:** Tomando conhecimento do balanço datado de 31 de dezembro de 2024, propõe-se que o Conselho de Administração aprove e apresente a seguinte aplicação dos resultados de 2024 da Petrogal Brasil S.A., um lucro líquido no valor total de R\$ 2.970.598.000,00, à deliberação dos Acionistas da Companhia, na próxima Assembleia Geral de Acionistas: • A distribuição do montante de R\$ 2.170.041.000,00 de dividendos provenientes do Lucro Líquido da Companhia em 2024. • O valor de R\$ 800.557.000,00, relativos a Juros de Capital Próprio de janeiro a dezembro de 2024, já deliberados em 2024. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

Diretoria Executiva
Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente
Ding Yanxia - Diretor Financeiro
Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações

| Balanco Patrimonial para os exercicios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$ | | | | Demonstração dos Resultados para os exercicios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$ | | | |
|--|-------|-------------------|-------------------|--|-------|-------------------|-------------------|
| ATIVO | Notas | 2024 | 2023 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE: | Notas | 2024 | 2023 |
| CIRCULANTE: | | | | CIRCULANTE: | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 4.728.090 | 2.773.471 | Fornecedores | 11 | 876.225 | 652.056 |
| Contas a receber | 5 | 583.776 | 1.287.060 | Responsabilidade por locações | 10 | 563.770 | 442.764 |
| Estoque | 6 | 1.591.846 | 922.454 | Salários e provisões | 11 | 14.703 | 12.501 |
| Tributos a recuperar | 7 | 104.449 | 217.338 | Obrigações tributárias | 12 | 2.071.849 | 1.652.275 |
| Adiantamentos | | 1.485 | 2.264 | Contas entre companhias | 16.3 | 1.342.490 | 662.306 |
| Despesas antecipadas a apropriar | | 18.746 | 21.655 | Provisões de serviços | 13 | 1.170.284 | 655.495 |
| Outros créditos | 14 | 170.406 | 137.171 | Empréstimos de partes relacionadas | 16.2 | 464.423 | - |
| TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE | | 7.198.797 | 5.361.413 | Empréstimos de partes relacionadas - Juros | 16.2 | 178.703 | 267.667 |
| | | | | Outros credores | 6 | 148.782 | - |
| NÃO CIRCULANTE: | | | | Outros credores | | 11.571 | 572 |
| Depósito judicial | 18 | 1.498.050 | 1.181.237 | TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE | | 6.842.798 | 4.345.366 |
| Investimentos societários | | 230.231 | 185.665 | NÃO CIRCULANTE: | | | |
| Imobilizado | 8 | 21.185.721 | 16.070.889 | Empréstimos de partes relacionadas | 16.2 | 4.829.994 | 4.623.442 |
| Direitos de uso | 10 | 3.057.194 | 2.635.231 | Provisão para abandono de blocos | 17 | 2.749.309 | 1.978.625 |
| Intangível | 9 | 2.146.759 | 1.678.466 | Passivo fiscal diferido | 15 | 1.543.402 | 1.058.243 |
| TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 28.117.956 | 21.751.488 | Responsabilidade por locações | 10 | 3.312.673 | 2.785.992 |
| TOTAL DO ATIVO | | 35.316.753 | 27.112.901 | Provisão para contingências | 18 | 1.559.174 | 1.284.575 |
| | | | | TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 13.994.552 | 11.730.876 |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO: | | | |
| | | | | Capital social | 19 | 91.480 | 91.480 |
| | | | | Reserva de capital | 19 | 7.378.627 | 7.378.867 |
| | | | | Reserva de lucros | 19 | 2.170.218 | 1.821.891 |
| | | | | Ajustes acumulados de conversão | 19 | 4.839.078 | 1.744.621 |
| | | | | TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 14.479.402 | 11.036.659 |
| | | | | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 35.316.753 | 27.112.901 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicadolegal.monitormercantil.com.br>



PETROGAL BRASIL S.A. CNPJ nº 03.571.723/0001-39

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Columns: Notas, Capital social, Reserva de capital, Reserva de lucros, Total.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Columns: Notas, 2024, 2023.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrogal Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, delimitada pela Petrogal Brasil BV e pela Winland International Petroleum Sarl, tendo por objeto social a pesquisa e exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, bem como quaisquer outras atividades comerciais, industriais, de investigação e prestação de serviços relacionados a essas atividades.

-se em produção o Tupi Pilot (Cidade Angra dos Reis), o Tupi Nordeste (Cidade Paraty), o Itacaré do Sul (Cidade de Tupacatiara), Itacaré (Cidade Itaguai), Tupi Alto (Cidade de Maricá), Tupi Central (Cidade de Saquarema), Tupi Sul (P66), Tupi Extremo Sul (P69), Tupi Norte (P67), Berbigão-Sururu (P68) e Atapu (P70) do projeto BMS-11 e o campo de Sépia (Carioca). O AIP (Acordo de Individualização da Produção) dos campos de Berbigão e Sururu submetido à ANP em 2018 aguarda a aprovação por parte da entidade reguladora. Os processos de utilização dão origem a equalizações entre os participantes de cada área licenciada, baseadas nos gastos e investimento incorridos no passado pelos parceiros, considerando a sua participação original, e os resultados operacionais decorrentes de produção de hidrocarbonetos recebidos.

Os blocos que a Companhia tem em seu portfólio na data de 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Table: Summary of oil blocks. Columns: Blocos, Bacia, Projeto, Contrato, Participação.

Em junho de 2024, os Consórcios das quais a Companhia participa, aderiram à transação tributária por adesão decorrente do Edital nº 6/2024 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o qual previa um desconto de 65% sobre os valores não depositados pagos em decorrência da transação. Com isso, a Companhia pagou à operadora dos Consórcios Petróbras, os valores correspondentes à sua parcela dos montantes depositados anteriormente pelo Petróbras e dos montantes não depositados com o desconto previsto no edital. A quitação da transação ocorreu no segundo semestre de 2024, finalizando todos os processos relacionados ao tema. A origem desta transação foram autuações aos Consórcios, pelo suposto não pagamento de CIDE, PIS e COFINS sobre os pagamentos relacionados ao afretamento de embarcações durante os anos de 2008 a 2013. O impacto da transação tributária no resultado do ano de 2024 foi no montante de R\$ 247.542 apresentada nas rubricas de Fomentos e serviços externos (R\$ 83.830 - Nota 21), Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (R\$ 37.852 - Nota 24) e Despesas financeiras (R\$ 125.861 - Nota 25).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo apresentadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Reais (Unid: milhares de R\$), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2024 e até a data de emissão dessas demonstrações, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração na apresentação das demonstrações financeiras, exceto em função da aplicação de uma política contábil utilizada nas estimativas efetuadas pela Companhia. Por fim, a Administração da Galp acredita que possui recursos adequados para continuar as suas operações a longo prazo, e como tal, o princípio da continuidade é aplicada na preparação das demonstrações financeiras. Programa de incentivos de longo prazo (LTI): A Galp implementou em 19 de dezembro de 2023, um programa de incentivos de longo prazo (LTI), para promotores estratégicos e especialistas sêniores. Este programa compreende um plano de incentivos contínuos de 3 anos, sendo que em cada ano, será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A. aos colaboradores acima referidos. Deste modo, este plano de incentivos, é contabilizado em custos com colaboradores, contrapartida de capitais próprios. O valor total acumulado registrado em Capitais Próprios, com o plano de pagamento baseado em ações, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.915 (Nota 19). O valor contabilizado durante o ano de 2024 em Capitais Próprios, na rubrica despesas com pessoal, é de R\$ 241.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras: A moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano (\$ ou USD), isto ocorre devido ao Dólar Americano ser predominante no ambiente macro econômico que a Petrogal Brasil opera. Todos os saldos do ano de 2024 foram convertidos para Reais (R\$) com base nos seguintes câmbios: 31 de dezembro de 2024 4,84130 e 31 de dezembro de 2023 4,99535. b) R/R\$ spot: 4,84130 e R/R\$ médio: 5,39202 e 4,99535. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos de acordo com o período de validade em vigor na data em que o valor justo for determinado. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. As variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, são incluídas no custo desses ativos, na medida que sejam consideradas como ajustes, para mais ou menos, do custo dos juros, sendo-lhe imputados na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos. As variações cambiais incluídas nos ativos são amortizadas de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração avalia o risco de crédito de seus recebíveis com base nos eventos históricos e projeções futuras. Tal avaliação aponta um impacto mínimo nos resultados da Companhia, pois as recuperações pela Petrogal Brasil majoritariamente são realizadas com carta conforto ou garantias, para empresas do grupo ou para grandes empresas da indústria. A avaliação de risco de crédito das operações de venda da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é 0,36% (31-12-2023 - 0,36%). d) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Caso não seja possível apurar o custo específico de produção, a Companhia valoriza seus estoques, de óleo, pelo valor relativo no mercado, ajustado pelos seguintes critérios: • No caso em que a Companhia tenha efetuado ativos abaixo da sua quota de produção ("Underlifting") e as respectivas quantidades tenham sido empregadas a outros parceiros da Concessão, estas são valorizadas ao preço de mercado (preço acordado entre as partes ao abrigo do Contrato de Mútuo assinado entre os parceiros da Concessão) e registrada como uma conta de estoque em poder de terceiros (Nota 6). Todo o final de mês é anulado o movimento do mês anterior e revisado os novos montantes de estoque da Companhia. O estoque em poder de terceiros por conta do Underlifting é anulado no mês em que a Companhia volta a efetuar levantamentos em excesso face à sua quota de produção. • No caso em que a Companhia tenha efetuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção ("Overlifting"), as respectivas quantidades são valorizadas ao preço da última Nota Fiscal de venda emitida pela Companhia e registradas no passivo circulante como uma conta a pagar na rubrica de Empréstimos de estoques pelos parceiros (Nota 6). Todo o final de mês é anulado o movimento do mês anterior e revisado os novos montantes de estoque da Companhia e de contas a pagar por conta do Overlifting. A Companhia considera que, na substância, sobre a forma do Contrato de Mútuo assinado entre os parceiros não está sujeito ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos parceiros na Concessão e a liquidação dos saldos de "Under" e "Overlifting" ser efetuada em produto físico. e) Tributos a recuperar: São representados por créditos oriundos, principalmente, de transações de compra de ativo imobilizado e estão apresentados ao custo, que não excede ao valor de realização. f) Imobilização: Móveis e utensílios, equipamento de processamento eletrônico de dados, máquinas e aparelhos e veículos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução do valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo de aquisição inclui o preço da nota fiscal, as despesas de transporte e montagem. O custo de aquisição inclui também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Imobilizações em andamento refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por redução do valor recuperável, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos ou prontos para uso e limitados ao período de concessão relativa aos blocos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As taxas de depreciação e de amortização anuais são as seguintes, considerando sua utilização normal de um turno de trabalho: • Móveis e utensílios: 10%; • Equipamento

de processamento eletrônico de dados: 20%; • Benefícios: anos de vigência do contrato de aluguel: 20%; Máquinas, aparelhos e equipamentos: 10%. Não foram avaliadas as novas taxas de depreciação dos itens acima, decorrente da avaliação da vida útil dos bens devido ao impacto, pela opinião da Administração, ter sido considerado imaterial nas demonstrações financeiras. Atividade de exploração e produção petrolífera: Na atividade de Exploração e Produção existem diversos métodos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. A Companhia adota as políticas que considera que melhor refletem os seus resultados nesta atividade. Estas políticas baseiam-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que se assemelham às IFRS aplicáveis ao setor. Desde o ano de 2018 que a Companhia passou a reconhecer como custo de exploração todos os relacionados com pesquisa, ou seja, dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A), bem como os dispêndios relacionados com G&A na fase de produção. Os restantes dispêndios na fase de exploração, nomeadamente poços exploratórios, são capitalizados em ativos em curso, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos reconhecendo poços não produtivos ao exercício. Os custos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"). Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso obras em andamento para imobilizado fixo, e são depreciadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas. As despesas de pesquisa e desenvolvimento são depreciadas, a partir do início da produção, pelo método de amortização linear. Os custos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"). Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso obras em andamento para imobilizado fixo, e são depreciadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas. As despesas de pesquisa e desenvolvimento são depreciadas, a partir do início da produção, pelo método de amortização linear. Os custos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"). Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso obras em andamento para imobilizado fixo, e são depreciadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP") foram determinadas por uma entidade especializada e independente. As despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício da seguinte forma: • Custos tangíveis: A Companhia reconhece os custos tangíveis economicamente viáveis, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou poços subutilizados é baixado economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injet



PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

em que o mesmo está localizado e quando uma estimativa razoável possa ser efetuada. Os efeitos das alterações decorrentes de revisões no prazo ou no valor da estimativa original da provisão são refletidos prospectivamente, ajustando o valor contabilístico do ativo tangível relacionado. No entanto, quando não há ativo relacionado, ou a alteração implica um valor contabilístico nulo, o efeito, ou o valor excedente da redução do ativo relacionado, é reconhecido na demonstração de resultados. A Companhia revê regularmente os seus ativos para determinar quaisquer alterações nos factos e circunstâncias que possam resultar no reconhecimento de uma provisão para desmantelamento e restauração. **c) Impostos correntes e diferidos relativo a imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **d) Reservas de petróleo bruto e gás natural:** As estimativas das reservas de petróleo bruto e gás natural são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas desenvolvidas é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetados à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospectivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos como abandono de áreas desenvolvidas, e para as estimativas de recuperabilidade. A estimativa das reservas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas desenvolvidas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas desenvolvidas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista. **e) Contingências:** A Companhia reconhece provisões para contingências quando existe uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e que seja provável que a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço patrimonial e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. **f) Investimento Societário:** Devido a avaliação da Administração em manter seus investimentos societários existentes, a mensuração desta participação societária é feita o custo de aquisição, e por esse investimento ser em empresas de capital fechado, ou seja, sem cotação em bolsa, e feito através de equivalência patrimonial. A Companhia não efetuou a consolidação das Demonstrações Financeiras de sua participação societária, uma vez que a Galp Energia SGPS, S.A., consolida todas as empresas do Grupo. **g) Locações (CPC 06 (R2)) – IFRS 16:** Reconhecimento: A Companhia reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido. A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa, utilizando a taxa de juro incremental da Companhia. Em geral, a Companhia utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte: • pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; • pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice; • montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia de valor residual; • preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exercerá a opção; e • pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancela o contrato. A responsabilidade por locações é mensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Companhia do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão. Quando a responsabilidade por locações é mensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontra reduzida a zero. A Companhia apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira. **Locações financeiras de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor:** A Companhia não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidades de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Companhia reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos. **Amortização:** O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis. **Imparidades:** O direito de uso do ativo é periodicamente revisado e, se necessário, reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo. **Estimativas contabilísticas e julgamentos:** *Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto:* O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos peers do setor. **Imparidade dos Direitos de uso de Ativos:** Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Atualmente, o intervalo de taxas de desconto aplicáveis aos contratos de locação na Companhia varia entre 4,51% e 9,00%. **v) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir do exercício de 2024 ou aplicáveis a partir de exercícios futuros:** Normas e interpretações publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade: As normas IFRS aprovadas e publicadas nos Pronunciamentos Contábeis no Brasil com aplicação no exercício de 2024 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

| Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC | Normas IAS | Data de aplicação econômica em que se aplica | Observações | |
|---|---|--|-------------|---|
| | | | | Observações |
| Pronunciamento Técnico CPC nº 03 / CPC nº 40 | Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros; Divulgações: 'Acordos de financiamento de fornecedores' (emitida a 07 de dezembro de 2023) | 01/01/2024 | 2024 | Sem impactos contabilísticos. |
| Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) | Alterações à IAS 21 Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida em 15/08/2024) | 01/01/2025 | 2025 | Sem impactos contabilísticos estimados. |
| Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R4) e ICPC 09 | Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais; Demonstrações Separadas; Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (emitida em 07 de dezembro de 2023) | 01/01/2025 | 2025 | Sem impactos contabilísticos. |
| Pronunciamento Técnico CPC nº 37 | Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, que passam a vigorar com as seguintes alterações: Falta de permutabilidade' (emitida em 15/08/2024) | 01/01/2025 | 2025 | Sem impactos contabilísticos estimados. |
| Pronunciamento Técnico CPC nº 26 | Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação de passivos como não correntes e correntes; Classificação de passivos como não correntes e correntes - diferimento da data efetiva; Passivos não correntes com covenants (emitida a 17 de agosto de 2023) | 01/01/2027 | 2027 | Sem impactos contabilísticos. |
| IFRS9 | Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; Divulgações. | 01/01/2027 | 2027 | Sem impactos contabilísticos. |

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

| | Unid: milhares de R\$ | |
|--------------------------------------|-----------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.728.090 | 2.773.471 |
| Bancos | 3.787.186 | 1.565.886 |
| Bancos - contas vinculadas | 3 | 6 |
| Aplicações financeiras (*) | 940.902 | 1.207.579 |

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras brasileiras e internacionais. As aplicações financeiras realizadas em instituições brasileiras tiveram retorno a juro composto médio equivalentes a 97,5 % da taxa DI (101,5% da taxa DI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e possuem cláusulas de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado. As aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras no exterior tiveram um retorno a juro simples médio de 3,58% a.a. e possuem cláusulas de liquidez imediata com a penalização de perda da rentabilidade no resgate antecipado. As mesmas estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. A Companhia avaliou o risco de crédito da contraparte das suas aplicações financeiras conforme descrito na Nota 26. As aplicações financeiras são compostas pelos seguintes depósitos de curto prazo, a seguir demonstrado:

| | Unid: milhares de R\$ | |
|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Instituição financeira | 940.902 | 1.207.579 |
| Banco Bradesco, S.A., Brasil | 330.075 | 45.668 |
| Citibank, S.A., Brasil | 29.184 | - |
| Deutsche Bank S.A., Brasil | 272.028 | - |
| Citibank N.A., Nova Iorque | 309.615 | 1.161.911 |

5. CONTAS A RECEBER
A rubrica de contas a receber, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

| | Unid: milhares de R\$ | |
|---------------------------------|-----------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Contas a receber | 583.776 | 1.287.060 |
| Cientes (a) | 578.739 | 1.279.473 |
| Contas a receber da consorciada | - | 4.334 |
| Outras | 5.037 | 3.252 |

(a) o montante de R\$ 578.739 (31-12-2023 - R\$ 1.279.473), em contas a receber de clientes, cujo vencimento é de 30 dias a partir de seu reconhecimento, refere-se essencialmente às vendas gás à sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda. e às vendas de óleo à Galp Trading, S.A. ocorridas em dezembro de 2024.

8. IMOBILIZADO
Durante o exercício de 2024, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

| | Unid: milhares de USD | | Construções em andamento | | Juros de empréstimos de suprimentos | | PIS/Cofins | | Subtotal de Ativos Tangíveis | |
|---|-----------------------|------------------|--------------------------|-------------------|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--|
| | 2024 | 2023 | Bacia Santos | Cabiúnas | Veículos | Equipamento administrativo | Outras imobilizações corpóreas | Juros de empréstimos de suprimentos | Tangíveis | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 6.416.606 | 987.373 | 172.428 | 7.576.406 | 8.784 | 8.789 | 1.578.048 | 29.857.654 | | |
| Adições | 2.142.145 | 377.557 | 26.200 | 2.545.902 | 913.897 | 419 | 2.062 | 3.462.815 | | |
| Imparidades | (469.562) | (1.424) | - | (470.986) | (533) | - | - | (471.519) | | |
| Baixas e provisões para perdas de imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Regularizações e outros ajustamentos | 2.458 | (2.458) | - | (2.997) | - | (6) | - | (3.721) | | |
| Transferências | (190.574) | 175.812 | - | (190.574) | (125.741) | (4.564) | - | (127.847) | | |
| Transferências | (190.574) | 175.812 | - | (190.574) | 175.812 | - | - | 14.762 | | |
| Conversão cambial | 2.114.251 | 5.643.743 | 128.084 | 2.114.251 | 5.643.743 | 128.084 | 647 | 2.451 | | |
| Conversão cambial | 1.790.600 | 275.534 | 48.117 | 1.790.600 | 275.534 | 48.117 | 2.453 | 440.366 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 9.703.550 | 1.624.166 | 246.745 | 11.574.460 | 26.831.496 | 582.511 | 11.649 | 8.339.977 | | |

Amortização acumulada
Saldo em 31 de dezembro de 2023

| | Unid: milhares de R\$ | | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------|----------------|---------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------|
| | 2024 | 2023 | | | | | | |
| Despesa de amortização | (2.139.266) | (29.277) | (570) | (1.115) | (376) | (192.475) | (2.363.081) | |
| Abates/venda | - | 9.685 | - | - | 514 | 6 | - | 9.620 |
| Regularizações e outros ajustamentos | - | 123.276 | - | - | - | - | - | 123.276 |
| Conversão cambial | (3.550.617) | (46.452) | (334) | (3.550.617) | (46.452) | (334) | (1.822) | (246.301) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | (18.280.522) | (242.187) | (1.591) | (18.280.522) | (242.187) | (1.591) | (9.462) | (19.863.657) |

Saldo em 31 de dezembro de 2024
Durante o exercício de 2023, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

| | Unid: milhares de R\$ | | Construções em andamento | | Juros de empréstimos de suprimentos | | PIS / Cofins | | Subtotal de Ativos Tangíveis | |
|---|-----------------------|------------------|--------------------------|------------------|-------------------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| | 2024 | 2023 | Almoxarifado | Bacia Santos | Cabiúnas | Veículos | Equipamento administrativo | Outras imobilizações corpóreas | Juros de empréstimos de suprimentos | Tangíveis |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 6.416.606 | 987.373 | 172.428 | 7.576.406 | 8.784 | 8.789 | 1.578.048 | 29.857.654 | | |
| Adições | 2.002.425 | 552.296 | 17.586 | 2.002.425 | 552.296 | 1.077 | 41.451 | 2.615.337 | | |
| Imparidades | (402) | (22.328) | - | (470.986) | (533) | - | - | (471.519) | | |
| Baixas e provisões para perdas de imobilizado | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Regularizações e outros ajustamentos | (44.104) | (2.227) | - | (44.104) | (2.227) | 48 | (68) | (46.351) | | |
| Transferências | (509.140) | 389.289 | 700 | (509.140) | 389.289 | - | - | 119.151 | | |
| Transferências | (509.140) | 389.289 | 700 | (509.140) | 389.289 | - | - | 119.151 | | |
| Conversão cambial | (476.728) | (1.501.098) | (34.264) | (476.728) | (1.501.098) | (34.264) | (141) | (595) | | |
| Conversão cambial | 1.790.600 | 275.534 | 48.117 | 1.790.600 | 275.534 | 48.117 | 2.453 | 440.366 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 7.576.407 | 2.002.425 | 17.586 | 7.576.407 | 2.002.425 | 1.077 | 41.451 | 2.615.337 | | |

Amortização acumulada
Saldo em 31 de dezembro de 2022

| | Unid: milhares de R\$ | | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------|----------------|---------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | | | | | | |
| Despesa de amortização | (1.977.569) | (22.836) | (402) | (847) | (300) | (216.716) | (2.218.600) | |
| Abates/venda | - | 2.314 | - | - | 2 | - | 2.314 | |
| Regularizações e outros ajustamentos | - | 835.657 | 11.164 | - | 59 | 440 | 472 | 51.771 |
| Conversão cambial | (3.550.617) | (46.452) | (334) | (3.550.617) | (46.452) | (334) | (1.822) | (246.301) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | (12.723.600) | (166.458) | (1.201) | (12.723.600) | (166.458) | (1.201) | (6.531) | (882.617) |

Saldo em 31 de dezembro de 2023
Durante o exercício de 2023, o movimento ocorrido nas rubricas de intangível foi o seguinte:

| | Unid: milhares de R\$ | | Direitos sobre recursos naturais | | Total de Ativos Intangíveis | |
|--|-----------------------|--------------|----------------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | Concessões | Outros | Fixos | Intangíveis |
| Saldo bruto em 31 de dezembro de 2022 | 15.717 | 1.036 | 1.808.512 | 1.825.318 | 1.808.512 | 1.825.318 |
| Adições | - | 53 | 968 | 1.022 | - | - |
| Transferências | 678 | (678) | - | - | - | - |
| Regularizações e outros ajustamentos | - | (53) | - | (53) | - | - |
| Conversão cambial | (1.136) | (78) | (130.464) | (131.678) | - | - |
| Saldo bruto em 31 de dezembro de 2023 | 15.313 | 281 | 1.679.016 | 1.694.609 | 1.679.016 | 1.694.609 |

Amortização acumulada
Saldo em 31 de dezembro de 2022

| | Unid: milhares de R\$ | | | |
|--|-----------------------|----------|----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | | |
| Despesa de amortização | (184) | - | (131) | (315) |
| Conversão cambial | 1.124 | - | 108 | 1.232 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | (14.650) | - | (1.496) | (16.146) |

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023

| | Unid: milhares de R\$ | | | |
|--|-----------------------|------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | | |
| Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023 | 663 | 281 | 1.677.520 | 1.678.466 |

2024. A Administração avalia um impacto mínimo nos negócios da Companhia, pois as receitas aferidas pela Petrogal Brasil majoritariamente são realizadas atreladas carta conforto ou garantias, com empresas do grupo ou com grandes empresas da indústria. Por este motivo, a avaliação de risco de crédito das operações de venda da Companhia para em 31 de dezembro de 2024 é 0,36%.

6. ESTOQUES
A rubrica de estoques apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

| | Unid: milhares de R\$ | |
|--|-----------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Estoques | 1.591.846 | 922.454 |
| Petróleo bruto | 885.728 | 342.971 |
| Produto em poder de terceiros (underlifting) | 706.118 | 579.483 |

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica 'Petróleo bruto' inclui o montante de R\$ 747.795 (31-12-2023 - R\$ 192.345) de stock em trânsito e o montante de R\$ 137.933 (31-12-2023 - R\$ 150.626) de direito de stock. Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de passivo 'Empréstimos de estoques pelos parceiros', no balanço patrimonial, apresenta o seguinte saldo:

Empréstimos de estoques pelos parceiros

| | Unid: milhares de R\$ | |
|--|-----------------------|----------|
| | 2024 | 2023 |
| Empréstimos de estoques pelos parceiros | 148.782 | - |

7. TRIBUTOS A RECUPERAR
A rubrica de tributos a recuperar apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| | Unid: milhares de R\$ | |
|-----------------------------|-----------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Tributos a recuperar | 104.449 | 217.338 |
| PIS | 7.342 | 31.701 |
| COFINS | 44.608 | 104.243 |
| ICMS | 44.995 | 77.383 |
| IRRF e CSLL | 7.504 | 4.011 |

As operações de aquisição de bens e serviços relacionadas com o bloco de BMS-11, no âmbito da legislação em vigor sobre a taxa, podem resultar na apuração de créditos de PIS e Cofins resultando em compensações com tributos federais. Em dezembro de 2024, a rubrica de PIS inclui o montante de R\$ 7.342 (31-12-2023 - R\$ 31.701) e a de Cofins inclui R\$ 44.608 (31-12-2023 - R\$ 104.243) resultantes deste apuramento de créditos. O montante de R\$ 44.995 em dezembro de 2024 (31-12-2023 - R\$ 77.383) da rubrica ICMS a recuperar, inclui as movimentações sobre as operações dos empréstimos (ou multos) de petróleo, tomados por parte da Companhia às empresas parceiras, Petróleo Brasileiro - Petrobras S.A. e Shell Brasil, deduzido do ICMS sobre as vendas de gás. A recuperação dos tributos, no montante de R\$ 104.449, prevê-se que ocorra durante o exercício de 2025, por essa razão a Companhia reconheceu contabilisticamente como ativo circulante.

Construções em andamento
Saldo em 31 de dezembro de 2023

| | Unid: milhares de R\$ | |
|---|-----------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 6.416.606 | 987.373 |
| Adições | 2.142.145 | 377.557 |
| Imparidades | (469.562) | (1.424) |
| Baixas e provisões para perdas de imobilizado | - | - |
| Regularizações e outros ajustamentos | 2.458 | (2.458) |
| Transferências | (190.574) | 175.812 |
| | | |

|  Petrogal Brasil, S.A. <small>Joint Venture Galp Energia Sinopec</small> | | PETROGAL BRASIL S.A. CNPJ nº 03.571.723/0001-39 | |
|--|--|---|--------------------|
| coamento de gás por terceiros refere-se a recebimentos de outras escoadoras que utilizam aos gasodutos pertencentes a consórcios os quais a Companhia tem participação. A rubrica Penalidades inclui o montante de R\$ 37.852 relativos aos pagamentos da transação tributária realizados no segundo trimestre de 2024 (Nota 1). Já a rubrica Ajuste provisão de abandono refere-se à atualização realizada com base no Plano Anual de Trabalho apresentado à ANP no final de 2024. Tal atualização gerou um impacto negativo na provisão de abandono no campo de Iracema reconhecido diretamente no resultado. | | As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano: | |
| | | 2024 | 2023 |
| Taxas de câmbio - USD: | | | |
| Taxa Spot | | 6,19230 | 4,84130 |
| Taxa média | | 5,39202 | 4,99535 |
| Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: Uma desvalorização do Real, como indicado abaixo, contra USD em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, teria (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Administração da Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2023, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo. | | Unid: milhares de R\$ | |
| | | 2024 | 2023 |
| Variação de 5% - Ganho (perda) | | (424.364) | (336.233) |
| Uma valorização do Real contra o USD, em 31 de dezembro, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. Houve uma desvalorização significativa do Real comparado ao Dólar entre os anos de 2024 (6.1923) e 2023 (4.8413). Caso não houvesse esta flutuação de câmbio, os ativos e passivos líquidos denominados em Reais seriam no montante de -R\$ 6.636.643 e não -R\$ 8.487.287. | | Unid: milhares de R\$ | |
| | | 2024 | 2023 |
| Risco de taxa de juro: A Companhia está sujeita igualmente ao risco de taxa de juro pela constituição de depósitos bancários e de empréstimos de partes relacionadas. A exposição da Companhia ao risco de taxa de juro foi a seguinte: | | Unid: milhares de R\$ | |
| | | 2024 | 2023 |
| | | (101.904) | (1.849.971) |
| Ativo circulante: | | | |
| Disponibilidades | | 3.787.188 | 1.565.892 |
| Aplicações financeiras | | 940.902 | 1.207.579 |
| Passivo não circulante: | | | |
| Empréstimos a pagar | | (4.829.994) | (4.623.442) |
| Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juro | | | |
| Uma variação da taxa de juro, como indicado abaixo, em 31 de dezembro, teria (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de juro a Administração da Companhia considerou ser possível ao final do período de relatório. | | Unid: milhares de R\$ | |
| | | 2024 | 2023 |
| | | (5.095) | (92.499) |
| Variação de 5% - Ganho (perda) | | | |
| Ativo circulante: | | | |
| Disponibilidades | | 189.359 | 78.295 |
| Aplicações financeiras | | 47.045 | 60.379 |
| Passivo não circulante: | | | |
| Empréstimos a pagar | | (241.500) | (231.172) |
| 27. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO VERSUS INDIRETO | | | |
| A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto para o exercício de 2024 e 2023 apresenta a seguinte composição: | | Unid: milhares de R\$ | |
| | | 2024 | 2023 |
| Fluxos das atividades operacionais | | 2.970.598 | 3.574.005 |
| Lucro líquido do exercício | | | |
| Ajustes para conciliar prejuízos operacionais com o caixa usado nas atividades operacionais: | | | |
| Redução da provisão para contingências | | 2.234.906 | 2.173.704 |
| Depreciação e amortização | | 87.653 | 38.335 |
| Depreciação sob provisão para custos de abandono dos blocos | | 413.368 | (56.987) |
| Baixas ou imparidades de ativos tangíveis | | (56.987) | (205.829) |
| Equivalência patrimonial | | (73.030) | - |
| Provisões para contingências | | 296.378 | 276.184 |
| Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo | | 287.470 | 812.054 |
| Outros fluxos de atividade diretos operacionais | | | |
| Diretoria | | | |
| Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente CPF: 065.615.657-03 | | Ding Yanxia - Diretor Financeiro CPF: 062.081.237-04 | |
| | | Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações CPF: 470.467.407-04 | |
| | | Marcelo Vinicius de Souza - Contador - CRC/RJ 1RJ-094628/O-7 CPF: 011.891.847-88 | |
| Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras | | | |
| Aos administradores e acionistas da Petrogal Brasil S.A. | | | |
| Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrogal Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da | | | |
| administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em | | | |
| resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025 ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F/ Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC RJ-107146/O. | | | |

